

A garantia do direito a uma educação de qualidade e de uma escola mais justa pressupõe a existência de uma Base Nacional Comum.

Por que esse posicionamento?

A elaboração de uma Base Nacional Comum (BNC) é um passo importante para a construção de uma cultura compartilhada por todos os egressos da Educação Básica, por meio da garantia do direito ao acesso ao mesmo conjunto de práticas culturais e conhecimentos cuja transmissão sistemática e metódica é a função precípua da instituição escolar.

A BNC pode contribuir para a garantia do direito à educação de qualidade ao definir, de acordo com critérios explícitos e orientados pelas dinâmicas social, artística e científica, objetivos comuns de ensino-aprendizado a serem alcançados por todas as escolas do País, não importando a rede de ensino a que pertencem – se pública ou privada, se estadual, federal ou municipal. Uma BNC estabelece um mesmo ponto de chegada para todos – um mesmo padrão de qualidade a ser almejado, e o faz agindo sobre o objeto central da ação escolar: a formação e o desenvolvimento da criança e do jovem.

Ao estabelecer objetivos de ensino-aprendizado comuns, a BNC pode também contribuir para o combate às desigualdades educacionais no país. Assegurando a todos os brasileiros – sem distinção – o direito de acesso aos mesmos saberes, uma política curricular orientada por uma BNC pode atenuar os impactos da origem social sobre a trajetória escolar dos alunos, tende a promover um maior investimento junto àqueles que mais necessitam de esforços da escola e das redes de ensino para a garantia do aprendizado e pode favorecer a criação de uma cultura compartilhada que – longe de significar uma homogeneização cultural – constitui um capital cultural escolar comum a todos: uma base comum igualmente distribuída, por meio da qual os jovens egressos da Educação Básica poderão dar prosseguimento a seu desenvolvimento pessoal, a sua formação cidadã e a sua capacitação profissional, de acordo, a partir de então, com seus interesses, vocações e aptidões.

A elaboração da BNC, além disso, está amparada no marco legal brasileiro¹.

¹Marco legal:

- Art. 206 da Constituição Federal (Artigo 206 - incisos II e III);
- Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/96;
- Lei 13.005/14, que institui o Plano Nacional de Educação (2014-2024);
- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

A elaboração da BNC deve estar alicerçada nos seguintes fundamentos:

- **Equidade:** Entendida como equivalência e simetria para que os diferentes tenham as oportunidades fundamentais para que se tornem menos desiguais. A busca da equidade mostra a necessidade de adaptação de processos, tempos e ritmos da norma ou do padrão geral para realidades específicas, a fim de deixá-las mais justas, observando os critérios de igualdade e liberdade. Assim, é importante ter em mente que a BNC é uma condição importante para a promoção da equidade, mas não suficiente. Ela precisa ser acompanhada de medidas que combatam a cultura da reprovação nas escolas e na sociedade brasileira, que promovam a crença no fato de que todas as crianças podem aprender, independentemente de sua origem social, e da garantia de que as escolas e redes de ensino tenham condições necessárias para alcançar os mesmos objetivos propostos.
- **Discussão, participação e validação:** Na sequência do lançamento de uma primeira versão da BNC é desejável que se instale um amplo processo democrático e participativo de consulta, que envolva educadores, alunos e famílias, bem como distintas instituições, para que apresentem contribuições a serem incorporadas em sua versão final.
- **Seleção de conhecimentos:** A BNC deve conter *conhecimentos universais*, selecionados em função de sua relevância social, artística científica e tecnológica. Essa relevância é dada por sua importância tanto para a vida prática como para o próprio processo de aprendizado do conhecimento. Além disso, a BNC deve contemplar os distintos modos com que o País vem equacionando a questão da *diversidade* étnica, social, cultural, regional, e linguística que lhe é constitutiva. Trata-se, aqui, de buscar o necessário equilíbrio entre o que é comum e o que se afirma como diferença, assumindo a natureza laica do Estado e de sua escola e do papel desta na formação cidadã. É por essa razão que temáticas relacionadas ao reconhecimento de direitos e de afirmação de identidades estigmatizadas – em função do gênero, da etnia, da região, do grupo social, da orientação sexual, por exemplo – são relevantes do ponto de vista curricular. Fazem parte da educação republicana e democrática.
- **Disciplinas, conhecimentos, modos de pensamento e modos de transmissão:** De acordo com a faixa etária dos alunos, a BNC deve prever uma paulatina entrada dos estudantes no universo das disciplinas e dos modos de pensamento que as sustentam, buscando, com isso, favorecer o desenvolvimento de altas habilidades e seu uso em diferentes contextos. Se, inicialmente, essas habilidades são aquelas da observação, da apreensão de regularidades, de formulação e testagem de hipóteses, elas devem evoluir com o progressivo domínio do método experimental, do

raciocínio histórico, de diferentes procedimentos de análise linguístico-discursiva, de processos de apreciação artística, de argumentação científica ou filosófica. Esses modos de pensamento favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, de natureza abstrata. Para isso, porém, é necessária especial atenção, na BNC, sobretudo no caso de alunos de meios populares, à transmissão de conhecimentos sobre a própria escola, sua organização, seus processos, que tomados como dados ou como já conhecidos, conduzem um significativo número de estudantes ao fracasso. Outro conjunto de conhecimentos é aquele que leva à conquista de uma autonomia acadêmica e que, em geral, tampouco é objeto de discriminação em currículos: fazer fichas para estudar, organizar listas, fazer resumos, saber realizar pesquisas, localizar fontes, etc. Esses conhecimentos sobre a escola e para a autonomia acadêmica necessitam ser desenvolvidos de modo metódico e explícito. Privilegiar as disciplinas não significa considerar secundária a importância da interdisciplinaridade, importante dimensão metodológica. Considera-se, porém, que somente uma forte base disciplinar pode possibilitar a necessária interdisciplinaridade faz parte da dimensão metodológica, que não deve ser objeto da BNC.

- **Parte diversificada:** Em sequência à aprovação da BNC pelo Conselho Nacional de Educação, estados e municípios realizarão a tarefa de complementá-la, produzindo suas orientações curriculares próprias. Para tanto, é importante que o MEC forneça orientações e apoio técnico às secretarias de Educação e às escolas, para que estas estabeleçam critérios de seleção de conhecimentos relacionados às identidades locais e que respondam à demandas específicas de suas realidades, sejam elas de conhecimento ligado a demandas de grupos atendidos pelos estabelecimentos de ensino, sejam elas demandas ligadas ao mundo do trabalho. Aqui as redes e as escolas poderão realizar um importante trabalho de articulação das escolas com os territórios em que estão inseridas, criando vínculos e um equilíbrio entre o raciocínio científico que busca o universal e certo relativismo trazido pelo local e suas tradições culturais, que precisam ser reconhecidas pela escola, valorizadas e sistematizadas, pois constituem um patrimônio da cultura brasileira e fazem parte da identidade dos alunos.
- **Aspectos cognitivos, valores e atitudes:** Para além dos aspectos cognitivos, é fundamental garantir a todos a formação de uma visão crítica e contribuir para a promoção de uma cidadania plena. Isso significa que a BNC deve apresentar a toda comunidade escolar e à sociedade os conhecimentos a serem ensinados, sendo que estes devem abranger não só as tradicionais áreas/campos do conhecimento, mas, também valores e atitudes, de modo a buscar o desenvolvimento integral do aluno. Para isso, a Educação Integral apresenta uma resposta relevante, especialmente por sua articulação com o território em que se situa a escola, o que permite uma ampliação dos processos educativos escolares em razão de sua interação com outras organizações, atores, espaços e saberes.

- **Continuidade e progressão:** Uma Base para a educação básica deve se pautar pelo princípio da continuidade entre os diferentes níveis e segmentos que a compõe: trata-se de tomar a educação básica como um todo orgânico que, embora possua níveis com especificidade e características próprias, estabelecem entre si relações de continuidade ensejadas pelo processo de ensino-aprendizagem e por sua progressão. Essa progressão deve ser explicitada ano a ano, para que as redes de ensino e as escolas tenham elementos claros para definir em seu planejamento seus objetivos e o ritmo dos aprendizados, bem como as formas de diagnóstico e intervenção para garantir a efetivação do aprendizado. As formas de progressão podem, de acordo com o objeto de conhecimento, assumir uma natureza mais sequencial ou mais espiral.
- **Monitoramento e revisão contínuos:** Documentos curriculares precisam ser vistos como processos e não como produtos, dadas as mudanças que promovem no processo educativo, dado o desenvolvimento científico-tecnológico, bem como dadas as mudanças sociais. A implementação da BNC deve ser acompanhada, avaliada e dar origem a processos regulares de revisão da seleção de conhecimentos, bem como de suas formas de progressão ou sequenciamento. A introdução de novos conhecimentos precisa ser acompanhada de cortes para evitar um documento curricular excessivamente extenso.
- **Equilíbrio:** É preciso que a BNC apresente equilíbrio entre a distribuição das áreas de conhecimento indicando, por meio de claros critérios de seleção, o que é fundamental aprender em cada uma delas, sem destaque/detalhamento/priorização das disciplinas que são objetos das avaliações externas.
- **Articulação com outras políticas:** BNC surge no cenário atual da educação brasileira como contribuição fundamental para compor com os esforços já empreendidos, nos últimos anos, por estados e municípios na construção de suas orientações curriculares. A implementação também se concretiza por meio de ações como a formação de professores, produção de materiais pedagógicos e outras que forem necessárias. É importante ressaltar que não há possibilidade da implementação da BNC sem zelo pela garantia das condições materiais de trabalho, de formação inicial de professores (com base em ensino, extensão e pesquisa) e de formação continuada, orientada por políticas de desenvolvimento profissional, que incluam plano de carreira, valorização e remuneração de docentes.